



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 568095 - SP (2020/0072955-4)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ALEXANDRA PINHEIRO DE CASTRO - SP291702
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : MARCOS DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de MARCOS DE SOUZA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Embargos Infringentes n. 0008584-04.2017.8.26.0635/50000).

Infere-se dos autos que o paciente foi condenado, em primeiro grau, pela prática dos delitos tipificados nos arts. 157, § 2º, inc. II, do Código Penal e 244-B da Lei n. 8.069/90 (roubo qualificado e corrupção de menor), à pena de 6 anos, 5 meses e 23 dias de reclusão, em regime inicial fechado.

Irresignada, a defesa interpôs apelação perante o Tribunal de origem, o qual negou provimento ao recurso, por maioria, sendo o voto vencido pela absolvição pelo crime de corrupção de menor.

Diante disso, a defesa interpôs embargos de divergência, o qual foi rejeitado, nos termos da seguinte ementa (fls. 69/77):

EMBARGOS INFRINGENTES. CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENORES. ART. 244-B, CAPUT, DO ECA. NATUREZA FORMAL DO DELITO. TIPICIDADE. Acórdão que, por maioria de votos, negou provimento à apelação defensiva, vencido em parte o E. Relator Sorteado, Des. Poças Leitão, que provia parcialmente o recurso, para absolver o acusado do crime de corrupção de menores, nos termos do artigo 386, inciso III, do Código de Processo Penal, sustentando que referido delito, de natureza material, só resta configurado quando houver prova de que o menor inimputável foi efetivamente corrompido pela atuação do agente maior. O delito de corrupção de menores é de natureza formal, consoante pacífico entendimento do Superior Tribunal de Justiça (Súmula 500), não se exigindo prova acerca da efetiva corrupção do agente inimputável. O simples envolvimento da criança ou do adolescente na empreitada criminosa é suficiente à configuração do crime em questão, pois a cada nova prática delitiva no qual o menor é inserido, contribui-se para iniciar ou aumentar sua degradação ou frustrar eventual processo de ressocialização, tendo em conta que o delito em análise é previsto no Estatuto da Criança e do

Adolescente, cuja interpretação deverá, sempre, levar em conta a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento. (Lei nº 8.069/90, art. 6º). Embargos infringentes rejeitados.

Daí o presente *writ*, no qual o impetrante pondera que a pena foi inadequadamente majorada pelo emprego de arma de fogo. Afirma que trata-se de caso de utilização de simulacro de arma, o que configura tão somente ameaça, que é elementar do tipo.

Requer a concessão da ordem, já em liminar, para a readequação da pena-base.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de habeas corpus substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, indefiro o pedido de liminar.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no site do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 24 de março de 2020.

Ministro Joel Ilan Paciornik

Relator